

ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CONTEXTOS ESCOLARES
PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: Um momento de reflexão

Renata Lucila Alves Dias
Nº de Matrícula: 112790043b
Polo: Carandaí

Juiz de Fora
2019

RENATA LUCILA ALVES DIAS

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA**

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: Um momento de reflexão

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Especialização em Educação Inclusiva em contextos escolares, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial a obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Professora Dra. Elita Betânia de Andrade Martins.

Juiz de Fora

2019

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Alves Dias, Renata Lucila .

Educação Inclusiva : um momento de reflexão / Renata Lucila Alves Dias. -- 2019.

16 f.

Orientador: Elita Betânia de Andrade Martins

Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Especialização em Educação Inclusiva em Contextos Escolares, 2019.

1. Educação Inclusiva. 2. Formação de Professores. 3. Práticas Docente. I. Martins, Elita Betânia de Andrade, orient. II. Título.

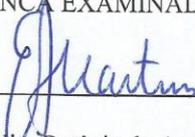
RENATA LUCILA ALVES DIAS

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA**

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Especialização em Educação Inclusiva em contextos escolares, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial a obtenção do título de Especialista.

Aprovada em: _____

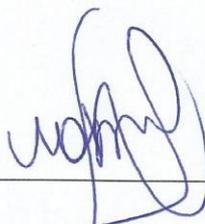
BANCA EXAMINADORA



Professora Dr.^a Enita Betânia de Andrade Martins- Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora



Professora Ms. Luciane Aparecida Nobre - Avaliadora
Universidade Federal de Juiz de Fora/ UAB



Professor Dr. Neil Franco Pereira de Almeida - Avaliador
Universidade Federal de Juiz de Fora/ UAB

Juiz de Fora

2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter iluminado minha vida e trilhado meus passos na realização desta especialização.

Ao meu amor Felipe, pela paciência, entendimento e ensinamentos. Meu amor, sem sua ajuda e contribuição eu não teria conseguido.

Aos meus pais pelo amor, carinho e orações incondicionais. Amo vocês!

À minha irmã Roberta, que sempre me apoiou e contribuiu para meu crescimento pessoal.

Ao amor da dindinha, meu afilhado Ryan, por deixar meus dias mais felizes.

À amiga Simoni, pelo apoio e valorosa amizade.

À professora Elita, pela orientação.

Aos professores e tutores da UFJF, pela dedicação e ensinamentos.

Gratidão aos que contribuíram direta ou indiretamente para a conclusão deste trabalho.

RESUMO

O presente texto tem por finalidade relatar o desenvolvimento de um projeto de intervenção que teve como objetivo refletir sobre a prática docente de educação inclusiva e formação continuada dos professores. Foi desenvolvido em uma escola estadual que atende a turmas do Ensino Fundamental II (6º ao 9 ano) e Ensino Médio no município de Belo Horizonte. Para isso, além do apoio teórico de autores como Manchini (2014), Correia (2008), Bersch (2006) e Bueno (2009), foram utilizadas atividades tais como discussão para reflexão da prática docente com ênfase no ensino inclusivo, apresentações de vídeos pedagógicos, e discussão de texto. Os resultados reforçaram a importância da formação profissional continuada dos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, visando o desenvolvimento de práticas inclusivas a fim de atender a todos os alunos.

Palavras-chave: educação inclusiva, formação de professores e práticas docente.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
IDENTIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA / QUESTÃO	8
O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO.....	9
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	14
REFERÊNCIAS.....	14
ANEXO.....	16

INTRODUÇÃO

Políticas públicas no contexto educacional têm sido pensadas e implementadas para que a escola se torne inclusiva. Assim, a educação inclusiva assume um lugar central nos debates acerca do papel da escola no panorama da inclusão de alunos com deficiências. De fato, para que a escola se torne realmente inclusiva e de qualidade, é fundamental que a educação seja oferecida e efetivada, conforme as Leis em vigor.

Conforme expressam as Leis direcionadas para a educação, como a Declaração de Salamanca (1994), uma resolução das Nações Unidas que trata dos princípios, políticas e práticas em educação especial e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal nº 9394/96), que rege as legislações da educação em todas as etapas e modalidades do ensino, expressa que:

os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades. (BRASIL, Lei 9394/96, art. 59, inciso I)

Atualmente são muitas propostas de educação inclusiva, porém, ainda, constatamos que muitas escolas regulares necessitam incluir em seus currículos novas práticas metodológicas de ensino inclusivo a fim de atenderem às diversas necessidades dos discentes. Santos, Santos, Santos e Andrade (2016) relatam em artigo¹ os resultados de uma pesquisa cujo o objetivo foi descrever o olhar dos docentes sobre suas práticas pedagógicas relacionadas aos alunos que possuem deficiências de uma escola pública do interior paraibano. Diante dos resultados, os autores afirmam ser possível perceber que a formação continuada dos professores faz a diferença na inclusão dos alunos.

Para afirmar a necessidade de uma mudança educacional no sentido de assegurar que o processo de inclusão ocorra de forma a garantir e respeitar as especificidades dos alunos, os autores se embasaram em Bueno (2009), que apresenta muitos esclarecimentos sobre educação inclusiva e formação de professores.

¹ Analisando a Percepção dos professores de uma escola pública do interior paraibano sobre prática pedagógica direcionada ao aluno com deficiência. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/363499023/ANALISANDO-A-PERCEPCAO-DOS-PROFESSORES-DE-UMA-ESCOLA-PUBLICA-DO-INTERIOR-pdf>> acesso em 15 maio 2019.

Cortelazzo (2006), afirma que o número de alunos com deficiências matriculados aumentou significativamente nos últimos anos, mas que as instituições carecem de mudanças específicas e de perfil para melhor atender todos os alunos.

Dessa forma, é possível afirmar, com base nos estudos referidos de Santos e Andrade, e de acordo com Manchini (2014), que como advento das políticas públicas de educação inclusiva e integração de alunos com deficiência em instituições do sistema regular de ensino, emerge a necessidade de uma formação continuada para que os profissionais em educação possam aprimorar e desenvolver metodologias e planejamentos efetivos para potencializar e desenvolver habilidades de ensino e aprendizagem nos alunos com deficiência.

Nesse panorama, torna-se relevante diante da situação da matrícula de um estudante com deficiência em uma turma regular, refletir sobre como os professores avaliam suas práticas pedagógicas e sua formação?

IDENTIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

Conforme os autores consultados, para que a educação inclusiva de qualidade seja oferecida e efetivada, conforme as leis em vigor, as escolas regulares necessitam dentre outras ações, incluir em seu currículo novas práticas metodológicas de ensino inclusivo, no intuito de atenderem às diversas necessidades dos discentes. Priorizando em seu planejamento educacional, o desenvolvimento intelectual, motor, social e cognitivo de todos os alunos em qualquer segmento escolar. Segundo a Resolução CNE/CNB 2/2001:

[...] por Educação Especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (Art. 3º grifos originais). (BRASIL, 2001).

Essa mesma Resolução, além de instituir as Diretrizes Curriculares de Educação, faz referência à inclusão e à formação de professores:

A Educação Básica deve ser inclusiva, no sentido de atender a uma política de integração dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação dos professores das diferentes etapas da Educação Básica inclua conhecimentos relativos à educação desses alunos. (BRASIL, 2001).

Considerando os pontos apresentados acima, o princípio de inclusão deve fundamentar a prática pedagógica, resgatando a capacidade de determinados educandos que, independentemente de suas condições, têm direito às mesmas oportunidades de realização de seu potencial, desenvolvimento e aprendizagens. Assim, para que ocorra o respeito às necessidades do aluno, os professores necessitam conhecê-los para aliar a sua prática a conhecimentos bibliográficos adquiridos com a formação continuada.

Logo, a escolha desse tema propõe a seguinte questão: Diante da situação da matrícula de um estudante com deficiência em uma turma regular, como os professores avaliam suas práticas pedagógicas e sua formação?

Na busca de respostas para esta questão, foi desenvolvido um projeto que teve como objetivo geral: Refletir sobre a prática docente de educação inclusiva e formação continuada dos professores; e como objetivos específicos: Proporcionar aos docentes, momento para reflexão sobre sua prática; levantar possíveis demandas de formação visando a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular.

O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

Este projeto foi desenvolvido em uma escola da rede estadual do município de Belo Horizonte/MG. A escola Estadual Oswaldo Aranha², é uma instituição que atende a turmas do Ensino Fundamental II (6º ao 9 ano) e Ensino Médio. Quanto a estrutura física, aparentemente a instituição é bem conservada, possui dois andares, 13 salas de aula, sala de professores, sala de vídeo, laboratório de química, biblioteca, cozinha com refeitório, laboratório de informática, quadra esportiva, 2 banheiros de alunos (1 masculino e 1 feminino), 2 vestiários (1 masculino e 1 feminino), 2 vestiários para funcionários (1 masculino e 1 feminino) e 2 banheiros de funcionários (1 masculino e 1 feminino), sala da diretoria, sala da vice direção, secretaria, sala de contabilidade e arquivos.

Em sua estrutura organizacional, a escola atende aproximadamente 770 estudantes entre os anos finais do Fundamental e Ensino Médio nos turnos da manhã, tarde e noite. Em relação ao corpo docente, atualmente há em média, 40 professores efetivos e 30 professores designados no quadro geral de funcionários.

Objetivando realizar o desenvolvimento de uma intervenção pedagógica conforme solicitado como forma de conclusão da especialização em curso, procurei a direção da escola

² Nome fictício para garantir o anonimato dos participantes.

citada acima, na qual desenvolvi minhas atividades profissionais, como Especialista da Educação Básica, no ano de 2018. E em conversa com a direção da escola, recebi a autorização para desenvolver meu projeto de intervenção pedagógica no período da tarde, onde é ofertado o ensino do 6º ao 9º ano e 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio. Nesse horário estão matriculados 5 alunos com deficiências e duas professoras de apoio no momento, pois as designações ainda estavam em processo quando desenvolvemos o projeto de intervenção na escola.

Dado o exposto, Machini (2014) nos alerta, apesar da legislação assegurar a matrícula do aluno, nem sempre se oferecem as condições para sua permanência, a autora ainda afirma que

(...) a inclusão daqueles com necessidades educacionais especiais não depende somente da Legislação, a qual garante o acesso à escola normal, mas também dos profissionais da educação presentes dentro das escolas, do currículo adaptado, da estrutura física dos espaços escolares, das estratégias de ensino, do planejamento escolar, dos procedimentos pedagógicos, do saber fazer do professor em relação a esses alunos, entre outros. (MANCHINI, 2014, p.19)

Por isso, podemos afirmar que discutir sobre educação inclusiva é mais do que assegurar matrícula, requer dentre outras medidas, a revisão de planejamentos e práticas pedagógicas desenvolvidas pelo corpo docente. Para tanto, é necessário compreender o conceito de educação inclusiva, analisar as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos profissionais da educação e apresentar metodologias de ensino visando a qualidade educacional inclusiva.

com vistas a essa perspectiva formativa, os educadores necessitam de formação específica que lhes permitam perceber minimamente as problemáticas que seus alunos apresentam, que tipo de estratégia devem ser consideradas para lhes dar resposta e que papel devem desempenhar as novas tecnologias nestes contextos. (CORREIA, 2008, p.28)

Contudo, o presente trabalho partiu da necessidade de conhecer as práticas pedagógicas e os planejamentos dos docentes, por meio de um projeto de intervenção pedagógica com os professores que ministram as aulas do 6º ao 9º ano, que lecionam para os alunos deficientes matriculados na instituição. Com o intuito de orientar os professores a criação de um planejamento que atenda o desenvolvimento de todos os alunos, e assim, adaptar atividades e recursos pedagógicos inclusivos, visando a contribuição efetiva para a qualidade educacional dos alunos deficientes.

Para o alcance dos objetivos estabelecidos, o projeto foi desenvolvido, a partir da autorização da direção, em um encontro do chamando Módulo II³, que teve duração de quatro horas.

Para a preparação deste encontro foi feita a leitura dos laudos de alunos com deficiência, matriculados no turno da tarde. A leitura do material, disponível nas pastas individuais dos alunos e disponibilizado pela coordenação, foi realizada no dia 17/04/19 e permitiu identificar que o aluno 01, aluno 02 e aluno 03⁴, apresentaram um laudo com Transtornos Globais do Desenvolvimento, o aluno 04, além de ter o laudo com Transtornos Globais do Desenvolvimento, também foi diagnosticado dentro do Transtorno do Espectro Autista e o aluno 05, apresentou um laudo com deformidade congênita das mãos.

Os alunos 1,2, e 3 estão cursando o 7º ano do Fundamental II, assim os alunos foram remanejados para a mesma sala para que uma professora de apoio pudesse acompanhar e auxiliar os professores na condução das aulas dos referidos alunos. Já os alunos 4 e 5 estão cursando o 8º ano e dessa forma estão na mesma sala para que a outra professora de apoio pudesse adaptar as aulas, não que agrupar os alunos seja sinônimo de inclusão, mas a bidocência auxilia muito processo de planejamento e adaptação das atividades propostas para todos os alunos e em especial, para os alunos deficientes.

Posteriormente, foi realizado um plano de intervenção pedagógica, elaborado por mim e revisado pela coordenação da escola, em forma de uma reunião que aconteceu durante uma reunião de módulo II. Neste encontro realizado no dia 27/04/19, estavam presentes 11 professores, num total de 20 professores que ministram aulas no turno da tarde⁵. Sendo eles, nove professores licenciados que atuam nos anos finais do Fundamental II e as duas professoras de apoio que acompanhavam os alunos com necessidades especiais educacionais matriculados no turno da tarde.

Essa reunião iniciou-se às 8h e encerrou-se às 12h. Inicialmente, a coordenação da escola repassou os informes internos e logo após, me apresentei, informando a proposta do projeto de intervenção pedagógico. Desse modo, foi proposto aos docentes presentes, uma discussão para reflexão de sua prática docente e análise das possibilidades e limites para alcançar a efetiva inclusão. Nessa perspectiva, o encontro foi desenvolvido em três etapas:

Na primeira etapa, foi realizada uma roda de conversa e apresentada a proposta do presente trabalho, cujo o tema é inclusão no cenário educacional e as práticas docentes com

³Reunião de Módulo II são atividades extraclasse desenvolvidas pelos docentes e orientadas pela direção escolar em cumprimento à carga horária de trabalho dos professores de Educação Básica. Decreto nº 46.125/2013.

⁴ Assim designados para garantir o anonimato.

⁵ A coordenadora justificou que os professores ausentes apresentaram justificativas.

ênfase na formação continuada. No momento da apresentação, houve inquietação de alguns docentes em relação ao objeto de estudo. Inquietação no sentido de alguns profissionais reclamarem sobre a carência de investimentos na educação. E em conversa, chegamos à conclusão que realmente o sistema público de ensino, especialmente o Estado está carente de investimentos, mas que nós enquanto profissionais, temos a oportunidade de desenvolver práticas docentes que podem atender a todos os alunos, sem que necessite de verbas do Estado, o que não significa que não tenhamos que pressionar por tais recursos. Entretanto, podemos realizar, por exemplo, um planejamento utilizando recursos disponibilizados pela escola e adaptação de atividades como utilização de materiais reciclados, adaptação de um lápis com “engrossadores” para facilitar a escrita do aluno 5 que apresenta deformidade nas mãos, enfim, enquanto docentes podemos construir e desenvolver em conjunto, materiais adaptados que atenda a todos os discentes. Como destaca Bersch,

(...) buscar, com criatividade, uma alternativa para que o aluno realize o que deseja ou precisa. É encontrar estratégia para que ele possa “fazer” de outro jeito. É valorizar o seu jeito de fazer e aumentar suas capacidades de ação e interação, a partir de suas habilidades. É conhecer e criar novas alternativas para a comunicação, escrita, mobilidade, leitura, brincadeiras e artes, com a utilização de materiais escolares e pedagógicos especiais. (Bersch, 2006, p.89).

Dando continuidade, foi apresentado aos professores o vídeo “As cores das flores”⁶, para a reflexão dos mesmos. O referido vídeo trata do desafio de uma criança cega que com dedicação e incentivo dos pais, supera a dificuldade de realizar uma atividade proposta pela professora em fazer uma redação sobre as cores das flores. E como o menino é cego, não conhecia as cores e nem as flores, então, sua mãe na busca de adaptar recursos para que seu filho consiga realizar a proposta apresentada, apresenta-lhe um livro em alto relevo e o lê em voz alta, fazendo inferências aos sons dos animais e assim, o menino faz uma linda e poética redação.

Após a exposição do curta, iniciou-se uma conversa sobre o entendimento e ponto de vista de cada um dos presentes. A maioria deles observara que a professora poderia ter adaptado um recurso como fez a mãe do menino, e que o recurso utilizado não carecia de investimentos, pois tem em grande variedade na biblioteca da escola.

Na segunda etapa, foi apresentado um artigo de José Geraldo Silveira Bueno⁷, intitulado “Crianças com Necessidades Educativas Especiais, Política Educacional e a Formação de Professores: Generalistas ou especialistas?”. Artigo esse que já se encontrava

⁶ Disponível em: <<https://youtu.be/s6NNOeiOpPM>> acesso em 15 maio 2019.

⁷ Disponível em:

<https://abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista5numero1pdf/r5_art01.pdf> acesso em 15 maio 2019.

disponível na sala dos professores, onde a coordenadora disponibilizou para que os mesmos pudessem ler, afim de ser debatido na próxima reunião, conforme combinado no encontro que tive com a coordenação no dia 17/04.

No texto, o autor, faz uma análise nas políticas públicas da educação inclusiva em relação à formação docente. Então, iniciou-se uma leitura compartilhada, onde os professores leram as partes que foram destacadas na leitura anterior, e ao final da leitura, foram lançadas perguntas em relação ao texto:

- Tem algum sentido a leitura desse texto para os professores especialistas dos anos finais do Ensino Fundamental?
- Como se dá sua abordagem com os alunos deficientes que estão matriculados na escola?
- Quais as necessidades, em termos de formação docente, para ensinar em turmas comuns estudantes que apresentam necessidades educacionais especiais?

Então, iniciou-se um bate papo e os professores se envolveram na discussão. E as respostas foram unânimes, os regentes das turmas, não adaptam as atividades para os alunos deficientes, deixam a cargo das professoras de apoio e alegaram que não disponibilizavam de tempo para pesquisar atividades para esses alunos. E mais, a grande maioria dos professores desconhecia a deficiência dos alunos e nem imaginavam que a escola tinha em seus registros, os laudos médicos indicando a deficiência de cada um. Assim, a supervisora deixou à disposição dos professores as pastas dos referidos alunos para análise e conhecimento.

Dando prosseguimento, as duas professoras de apoio puderam manifestar suas opiniões também, já que estavam presentes na reunião, as mesmas disseram que os professores regentes não repassam para elas, os planejamentos das aulas, e como são muitos professores, não têm tempo para ficar “correndo” atrás de atividades, e dessa forma, planejam suas atividades muitas das vezes fora do contexto e realidade do restante da turma.

Mediante a essa conversa, surgiram a necessidade de realizar um planejamento em conjunto com os professores de cada ano, em parceria com as professoras de apoio. E assim, como a maioria dos professores se encontra nas reuniões de módulo II, ficou acordado em ata, redigido pela supervisora, que será destinado uma reunião de Módulo II para o planejamento de atividades adaptadas para os alunos com deficiências e, também, para os alunos com dificuldade de aprendizagem. E essa reunião será separada por ano, onde os professores, incluindo os de apoio realizarão o planejamento adaptado para todos os alunos.

Após esse momento, já estávamos finalizando a reunião, então fizemos um lanche, denominado pelos professores como “café pedagógico”. Esse lanche durou por volta de 30 minutos.

Na sequência da terceira e última etapa, conforme o planejamento, foi apresentado outro vídeo, dessa vez denominado “Formação docente”⁸ a fim de orientá-los e motivá-los a buscar em cursos de capacitações os saberes teóricos e práticos ao saber fazer do professor no contexto da sala de aula. O vídeo trata de uma entrevista com dois professores que mudaram suas práticas pedagógicas por meio dos cursos de capacitações e assim, eles desenvolveram habilidades de ensino aprendizagens em seus alunos, por meio de recursos pedagógicos e planejamentos diferenciados. Na finalização do referido vídeo, encerramos o nosso encontro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se a necessidade e urgência da formação docente, tendo em vista que a inclusão requer não somente a inserção do aluno com deficiência em sala de aula, mas uma educação onde são respeitadas as diferenças e peculiaridades de cada indivíduo, buscando assegurar para todos os alunos o direito de aprender.

Destacamos a importância da capacitação dos profissionais da educação como forma do processo formativo, inicial e continuado como necessidade para acompanhar os alunos e junto a eles desenvolverem formas eficazes de inclusão. O respeito à especificidade do aluno pode ser imprescindível na construção de práticas emancipadoras.

Ao término deste trabalho, acredita-se que os resultados desta análise constituem pontos de referência para a continuidade de estudos abrangendo a educação inclusiva e formação de professores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, DF, 2001.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

⁸Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1qTRoTHzVsSLhELuh_8bQyzaCWLJcXO3f/view> acesso em 15 maio 2019.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BERSCH, R. Tecnologia assistiva e educação inclusiva. In: **Ensaio Pedagógico**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

CINTEDI, 2., 2016, Campina Grande. **Analisando a percepção dos professores de uma escola pública do interior paraibano sobre a prática pedagógica direcionada ao aluno com deficiência**. Campina Grande: 2016. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/363499023/ANALISANDO-A-PERCEPCAO-DOS-PROFESSORES-DE-UMA-ESCOLA-PUBLICA-DO-INTERIOR-pdf>> acesso em 15 maio 2019.

CORREIA, L. M. **Inclusão e necessidades educacionais especiais**: um guia para educadores e professores. 2. ed. Porto: Porto Editora, 2008. p. 28.

CORTELAZZO, I. B. C. **Portadores de necessidades especiais, docência e tecnologias**: como vencer a exclusão? Curitiba: UTP, 2006.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educacionais Especiais**, 1994, Salamanca-Espanha.

MANCHINI, Francislayne. **Procedimentos pedagógicos para favorecer a inclusão de alunos com deficiência intelectual**: um estudo bibliográfico. Londrina: UEL, 2014.

ANEXO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - UFJF
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FACED
CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – CEAD

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CONTEXTOS ESCOLARES

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA DESENVOLVIMENTO DE PROJETO DE INTERVENÇÃO

À Direção da Escola _____

Prezado(a) Senhor (a) _____

Como aluno (a) do curso de especialização em EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CONTEXTOS ESCOLARES promovido pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA – UFJF, através do CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – CEAD, venho por meio desta, solicitar a autorização para desenvolvimento de meu projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que consiste em um projeto de intervenção com o objetivo de

Para o desenvolvimento deste projeto, que será realizado na turma serão utilizados procedimentos _____ tais _____ como _____

Como estudante do referido curso, gostaria de assegurar o caráter acadêmico do presente estudo, assim como a utilização de procedimentos para a proteção da identidade dos sujeitos, a confiabilidade dos dados e a ética no tratamento dos dados quando estes se referirem ao sujeito e a instituição em que este desenvolve o seu trabalho.

Coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos, na certeza de que o resultado de tal estudo possa contribuir para a obtenção de informações que permitam uma melhor compreensão sobre _____

_____, e contribuindo assim, para a construção de práticas escolas mais inclusivas que garantam o direito à educação para todos.

Juiz de Fora, ___ fevereiro de 2019.

(Nome do aluno (CPF/ telefone de contato)